



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Guilherme Amaral, Eduardo Lúcio  
As "Cartas a Cunceição" e o humorismo político cearense (1919-1930).

Antíteses, vol. 10, núm. 19, enero-junio, 2017, pp. 521-542

Universidade Estadual de Londrina  
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193351879024>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# As “Cartas a Cunceição” e o humorismo político cearense (1919-1930).

*The “Letters to Cunceição” and the cearense political humourism (1919-1930).*

Eduardo Lúcio Guilherme Amaral<sup>1</sup>

## RESUMO



A intenção desse artigo é a da discussão acerca da relevância do humorismo como dimensão importante do discurso político. Nesse intento, lança mão das “Cartas a Cunceição”, coluna humorística de Deolindo Barreto, publicada no jornal *A Lucta* de Sobral (CE) entre os anos de 1919 e 1923.

*Palavras-chave:* Jornalismo. Humorismo político. Oligarquias regionais. Eleições. Discurso político.

## ABSTRACT



This article intent to discuss the humourism in the politics, as one of their fundamental dimensions. By this way, it analyses the “Cartas a Cunceição” (Letters to Cunceição), a humouristic column published in a *A Lucta* (The Struggle) a political newspaper in Sobral (CE) between the years of the 1919 to 1923.

*Keyword:* Journalism. Politics humourism. Regional elites. Elections. Political speech.

## 1 A corrosão do espaço de seriedade na política.

Numa de suas crônicas, o jornalista Demócrito Rocha contava a história do sargento de polícia e do soldado matuto<sup>2</sup>. O sargento perguntara ao soldado se ele sabia quais eram os partidos políticos em conflito nas eleições de 1926, no Ceará. O soldado disse que eram dois:

1 Doutorando em história pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE).

2 “Matuto” ou “Caboclo” eram as formas usuais pelas quais o homem do interior cearense (e nordestino) era chamado. Enquanto a palavra “caboclo” tende a realçar uma dada condição racial, miscigenada, a palavra “matuto” sugere a sua incapacidade de adequação ao espaço urbano ou “civilizado”.

o partido que estava “de cima” e o que estava “de baixo”. Aceitando a resposta, o sargento então lhe perguntou qual o seu favorito: o do governo ou o da oposição. O soldado asseverou que eram os dois, pois temia posicionar-se e sofrer as consequências disto. Irritado com a resposta, o sargento ordenou ao cabo que amarrasse o soldado e o espancasse “porque, pelo menos metade dele é de oposição”<sup>3</sup>. O soldado matuto pecou por ingenuidade ou por inteligência? Ou não havia saída na armadilha montada pelo sargento?

Qualquer estudo sistemático sobre o discurso da política não pode ignorar o humorismo e o anedotário. Ainda que tradicionalmente tais textos fossem relegados a um lugar marginal no conjunto dos discursos políticos, novos trabalhos os têm reabilitado (SALIBA, 2002; GARCIA, 2005; MARINGONI, 1996; VERGUEIRO, 2010/2011; RIBEIRO, 2009). Essa reabilitação surge da compreensão de que eles falam a partir das “margens” dos discursos oficiais, dos editoriais, das análises de fundo. O fato de assumirem uma perspectiva não habitual da crítica e da análise os torna particularmente reveladores. Por intermédio deles, as convenções são suspensas: revelam-se o lado patético e coloquial dos figurões, o inusitado do cotidiano político, o absurdo e a gratuidade das situações de crise, a vã competição por cargos, enfim, o mundo político sob uma luz ao mesmo tempo satírica e humanizadora.

O humorismo ocupa um lugar especial no discurso da política, já que, por meio dele, as convenções retóricas são momentaneamente suspensas e/ou invertidas<sup>4</sup>. Dentre tais convenções retóricas, há aquelas que pressupõem que a política é o espaço da seriedade, em que os problemas e questões por ela suscitados, exigem o compromisso de abnegação patriótica e de responsabilidade social de seus atores<sup>5</sup>. Ou seja, a política não deveria ser o espaço destinado à leviandade, às conclusões apressadas e à superficialidade, mas o lugar do compromisso do cidadão com os destinos da *polis*.

A política demandaria a seriedade para lidar com os altos desígnios a que se propõe a discutir e apreciar. Tal seriedade não remeteria somente às proposições e aos argumentos, mas também a um posicionamento de idoneidade moral. Uma vida virtuosa reforçaria os argumentos retóricos da política. Retórica e moral se dão as mãos.

Ainda assim, o anedotário conta com uma larga trajetória no âmbito do discurso da política. A contradição por ela revelada (altos desígnios x leviandade; realidade x sentido) é, de fato, só aparente. Isto porque a retórica tem a pretensão não só de convencer, arregimentar, propor ou suscitar a ação dos sujeitos, mas também a de desmobilizar o oponente. Neste esforço de desmobilização, os argumentos não necessitam ser apenas de ordem racional ou

3 O Ceará (Fortaleza) de 26 de outubro de 1926. Nesse caso, o soldado matuto não era eleitor, pois os praças não votavam. O que sublinho com esta passagem é o seu caráter de matuto, não de eleitor, propriamente.

4 A dimensão retórica do discurso da política é esclarecida em Gumbrecht (2003), Charaudeau (2007) e LaCapra (2013).

5 Questões relativas à especificidade do discurso da política, de seus gêneros e de sua tipologia podem ser aprofundadas com a leitura de Emediato, Machado e Menezes (2006) e Pocock (2003).

lógica<sup>6</sup>, mas incluem, ao mesmo tempo, estratégias discursivas que procuram desmoralizar, fazer descrecer, expor ao ridículo e por em desvantagem um oponente, uma ideia, um partido ou uma situação. Quando se colocam em cena aspectos incongruentes entre realidade e sentido, expõem-se a inconsistência dos apelos semânticos à autoridade gerando, por sua vez, o riso.

O riso, assim, tem uma força incontestável. Ele expõe a fragilidade das aparências que a retórica procura reforçar. O recurso ao risível inverte as expectativas venerandas com as quais os atores políticos se encobrem. Não há nada de mais engraçado do que a exposição da vaidade alheia cuja percepção de si se põe em alta conta. A subversão moral que o riso promove, põe o expectador numa posição de superioridade diante daqueles que se arrogam da excelência das suas próprias virtudes.

Ao mesmo tempo em que desvela e expõe, o riso amedronta e ameaça. Ninguém quer “expor-se ao ridículo” ou ser tomado como um trapalhão, desajeitado ou tolo. Isto produz um constante “estado de atenção” daqueles que ocupam o espaço público, pois são vítimas potenciais dos seus argumentos corrosivos. Não por acaso, a imprensa política cearense entre 1916 a 1930, está cheia de rebates daqueles que se veem ofendidos pelos “engraçadinhos” de plantão. Some-se a isto o fato de que, quanto mais se reage à exposição ao ridículo, mais a pecha tende a se estabelecer. Nogueira Acioli<sup>7</sup> nunca se desvencilhou do apelido de “Babaquara”; Floro Bartolomeu<sup>8</sup> era chamado ironicamente de chefe dos “mansos cordeiros” (ou seja, de jagunços) e João Thomé<sup>9</sup> ficou conhecido como lunático por ter inventado uma máquina que faria chover no sertão.

Dito isto, faz-se necessário sublinhar o caráter social e coletivo do riso. Segundo Henri Bergson (1983, p.9):

Para compreender o riso, impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se, sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social [...]. O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social.

6 O riso é um argumento não-racional? Segundo Verena Alberti (2002, p.8): “Pensar o riso sempre significou posicionar-se, ou posicionar o objeto das próprias reflexões, num terreno intermediário entre a razão, porque o riso é ‘próprio do homem’ e não dos animais, e a não-razão, a ‘paixão’, a ‘distração’, a ‘loucura’, o ‘pecado’, etc. -, porque o riso não é próprio de Deus”. 7Antonio Pinto Nogueira Accioly, presidente estadual do Ceará por três mandatos entre 1896 a 1912, habitualmente considerado um modelo de oligarca regional. “O Ceará é, dentre todos os estados do Nordeste o mais encarniçadamente oligárquico”.(OLIVEIRA, 1993, p.55). Para Faoro, tinha o Ceará “a mais bem estruturada máquina política do norte”. (FAORO, 2000, p.642); “O Ceará é conhecido por uma longa história de dominação de feição tradicional. [...] Os Acioli [...] configuraram-se como grupo familiar emblemático da dominação oligárquica no país”. (LEMENHE, 1996, p.17). Lert também: (CAMURÇA, 1994; PORTO, 1988).

8Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano, radicado em Juazeiro do Norte, foi o “alter-ego” político do Padre Cícero Romão Batista, elegendo-se inúmeras vezes à Câmara Federal. Sobre Floro Bartolomeu, ler: Della Cava (1985).

9João Thomé de Saboya e Silva foi presidente estadual do Ceará entre 1916 a 1920. (BARROSO, 1984).

Sendo o riso um fenômeno social, alcançar-lhe o significado exige a reconstituição do contexto do referente. Não é à toa que falamos que a piada velha é sem graça. Isto se dá não só porque a piada já perdeu o seu caráter de surpresa, mas também, porque o contexto já não nos é mais natural. O historiador, nestes casos, depara-se com situações que já não têm mais graça em função do desconhecimento precário do referente que se perdeu. A sátira, por exemplo, só “funciona” na medida em que se tem pleno conhecimento do referente, já que seu humor é, fundamentalmente, social.

No âmbito específico do discurso da política, o anedotário assume diferentes gêneros, cada um dos quais remetendo a um aspecto do humor e cumprindo diversas funções. Na imprensa política cearense os gêneros mais recorrentes são a sátira, a ironia, a maledicência (o sarcasmo), a crônica de costumes e o chiste espirituoso. Ainda é possível falar em paródias, no humor negro, na caricatura, mas com peso menor. Cada um destes gêneros, por sua vez, se utiliza de estratégias discursivas próprias para a consecução do seu intento, qual seja, a desmobilização do oponente.

Na obra “Raízes do Riso” o historiador Elias Tomé Saliba se ocupa da difusão e popularização do humorismo nos jornais da capital federal e de São Paulo (SALIBA, 2002). Seu estudo problematiza a emergência da questão nacional por intermédio do humorismo ao longo das décadas de 1900 a 1940. A análise que Saliba constrói articula uma série de elementos que situam e explicam a natureza do humorismo que então se fazia, buscando as chamadas “condições de produção” de tais textos. Neste sentido, o autor articula a consolidação de um mercado editorial (de jornais e revistas), um parque gráfico moderno (que permitisse a reprodução de imagens) com um público consumidor de bens culturais. Tal articulação permitiu o nascimento de um novo periodismo, em que jornais e revistas não são apenas folhas políticas, mas também veículos que propiciam entretenimento a seu público. O vínculo cada vez mais estreito entre jornalismo e publicidade também acaba por ser um elemento vital para a constituição deste novo periodismo.

Comparativamente à situação de modernização gráfica, de ampliação do mercado consumidor de bens culturais e de afirmação do entretenimento a partir da imprensa em São Paulo e no Rio de Janeiro, o patamar da imprensa cearense encontrava-se ainda muitos degraus abaixo. Na realidade, a imprensa cearense ao longo das décadas de 1910 e 1920, continuava a ser amplamente partidária, tal como havia sido no último quartel do século XIX<sup>10</sup>. Os jornais se sustentavam com o dinheiro dos partidos, que garantia maiores tiragens. Apenas os jornais *O Ceará* e *Gazeta de Notícias* alcançavam tiragem superior a mil exemplares diários, sem serem oficialmente sustentados por partidos políticos<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Acerca do caráter partidário da imprensa política cearense, ler: Nobre (1974), Gonçalves (2001), Fernandes (2004), Alencar (2008) e Limaverde e Carvalho (2008).

<sup>11</sup> Dados sobre as tiragens dos jornais cearenses em Estatística do Ceará - Annuario Estatístico do Estado do Ceará, dos anos de 1916, 1918, 1921, 1924.

Os jornais partidários, apesar de ainda manterem uma diagramação típica do final do século XIX, com muitos textos amontoados, fragilmente organizados por colunas, quase sem ilustração alguma, traziam frequentemente, uma coluna humorística. Mas este humorismo corria um grave risco, que era o risco do teor partidário. Assim, pode-se falar, sem reservas, num humorismo mais satírico, ácido, beirando a descompostura pura e simples. É raro, neste tipo de humorismo, o olhar “marginal”, ou seja, que se constitui acima de qualquer compromisso com o “establishment”.

Mas, ainda assim, nestas folhas partidárias, foi possível vir a lume a desconcertante figura de Deolindo Barreto. Sua coluna bissemanal “Cartas a Cunceição”, publicada no jornal *A Lucta de Sobral* (órgão do Partido Republicano Democrata), está para o humorismo cearense, como o Juó Bananère, Cornélio Pires (e os macarrônicos) para o humorismo de São Paulo (SALIBA, 2002, p. 170 e ss). Ou seja, é o humorismo que se faz à custa da construção de tipos populares, lançando mão de seu falar, do sotaque, da sua maneira de enxergar as coisas. Elias Tomé Saliba, ao discutir o humorismo macarrônico, que se estribava em tipos populares, meio caipiras, meio italianos, via neste movimento um vínculo com a própria questão nacional, então em voga. Ou seja, ao mesmo tempo em que tais personagens capturam uma essência do ser nacional (a partir de seus tipos regionais), também contribuem para uma inversão do projeto nacional tal como idealizado pela alta literatura.

O humorismo político cearense se estruturou a partir da conjugação de duas situações arquetípicas: a primeira foi a sátira dos costumes políticos, a segunda foi o ataque pessoal, as chamadas “farpas”.

No caso da sátira dos costumes políticos, dois personagens são recorrentes: o chefe político interiorano, geralmente inculto e de aspecto patriarcal; e o matuto, fosse ele eleitor ou não. O matuto pode vir a ser caracterizado como um ingênuo, ou como alguém que se utiliza de uma suposta ingenuidade para levar vantagem sobre os seus adversários. Já a situação das farpas é diferente. São ataques pessoais, achincalhes, fruto da língua viperina dos cronistas. Querem demolir reputações, expor o ridículo e o patético de certas situações, zombar, ou como dizem no Ceará, “mangar”.

Particularmente, no caso da crônica dos costumes políticos, o foco se volta contra o chefe político e o eleitor matuto, contra o soldado, contra (e às vezes, a favor) o homem simples do interior. Este tipo de reação humorística tem raízes no conflito latente entre capital e interior, no qual os homens da cidade vêm seus conterrâneos do interior com um olhar de superioridade<sup>12</sup>. Este olhar de superioridade, por sua vez, é fruto da própria impotência política da capital frente aos interesses dominantes interioranos. A primeira representação é a do chefe político local, o coronel, visto como inescrupuloso, violento e, principalmente,

12 Ao mesmo tempo em que as elites urbanas cearenses aspiravam a um ideal de civilização européia, deploravam a rudeza e o “atraso” dos seus conterrâneos do interior. Essa duplidade será examinada adiante, mas, para o caso cearense, faz-se necessário consultar: Ponte (2000).

parasita dos recursos públicos. Representativa desta situação é a pequena crônica intitulada “No Sultanato do Crato” e publicada no jornal *Diário do Ceará*, órgão do Partido Republicano Democrata.

*Releva notar que o candidato acciolino a prefeito do Crato nenhuma ligação de família tem com o coronel Antonio Luiz, proclamou hontem o orgam do Partido, anunciando estar assentada a candidatura do excelente Zuza da Botica.*

*Essa observação é mui importante, e o vespertino faz muito bem em destacala porque encerra facto virgem na história política do Ceará: - um membro da família Accioly (no caso o coronel Antonio Luiz), poder dispor de um emprego público e não o dar a um membro da família, infringindo, dessa forma, princípio básico dos estatutos do partido do Sr. Accioly.*

*Já estávamos a mandar os nossos parabéns ao coronel Antonio Luiz, quando um espírito irreverente, desses que procuram sempre ver a face real das coisas sob festos de apparentedesprehendimento, veiu nos soprar aos ouvidos que de facto o Sr. Zuza não é parente do Sultão do Crato, mas que só irá abiscoitar o lugar porque na família privilegiada não resta mais uma única pessoa carecida de emprego! Estão collocando todos os parentes e nem um delles queria trocar o optimo que tem pelo bom da prefeitura, a começar pelo Sr. Antonio Luiz, com a sua cadeira na pataca, a sete contos por anno e prestígio ainda por cima<sup>13</sup>*

Para o leitor da época, as primeiras linhas da história remetiam imediatamente ao tropo da ironia, pois, ele detinha o conhecimento pressuposto de que estava a ler um jornal democrata e que por isso, ali os conservadores só apareciam para serem ridicularizados. A ironia da situação nasce da circunstância de que o fato narrado (a indicação do “excelente” Zuza da Botica para concorrer à eleição de prefeito do Crato) resultasse de um “aparente desprehendimento” (“Já estávamos a mandar os nossos parabéns”) da oligarquia dominante. Mas a sátira irrompe com força na conclusão (“não resta mais uma única pessoa carecida de emprego!”), desfazendo os supostos equívocos do argumento irônico.

A ironia é o modo privilegiado da linguagem com o qual operava o jornalismo político cearense. Na medida em que os editoriais teciam mútuas acusações e reportavam-se uns aos outros com frequência, a ironia funcionava ao mesmo tempo como prova de superioridade moral e como disfarce de uma convivência civilizada. Mas isso não necessariamente tem de ser engraçado: às vezes é mordaz, cáustico, diletante e soberbo. Numa arena como o

13 Diário do Ceará de 24 de setembro de 1926, p.2.

jornalismo político, de extrema competitividade entre as facções organizadas, em que estão em conflito os interesses e as vaidades pessoais, a ironia tem que ser o tropo dominante já que, ao mesmo tempo em que desdenha, revela certa condescendência arrogante relativamente ao adversário.

Se a família do coronel Antônio Luiz era retratada como “astuta”, monopolizando os cargos públicos no seu interesse privado, também havia espaço para piadas mais leves, em que o chefe político do interior nada mais é do que um ingênuo:

*Aqui vai, a título de curiosidade, sem commentario, um dialogo que certa pessoa teve com um novo Lycурgo:*

- *Então, dr., o sr. agora vai ser deputado?*
- *É, assim querem...*
- *E pelo 3º distrito, uma zona populosa, em que terá muitos votos.*
- *Home, eu não entendo desse negócio de distrito não; eu vivo arredado disso.<sup>14</sup>*

O pequeno diálogo, sem se referir a pessoa em particular, põe em cena a figura simplória do chefete de aldeia, como então eram chamados os políticos cuja base eleitoral ficava nas zonas mais afastadas. O chefete em questão, ainda que não soubesse o que era um distrito eleitoral, era saudado por seu interlocutor como “doutor”. A sua frase final (“eu vivo arredado disso”) leva a crer que o chefete tomava distrito por outro sentido, talvez de caráter suspeito (“distrito” da luz vermelha e “zona” são eufemismos para prostíbulo). Mas o mais interessante é o seu primeiro comentário: “É, assim querem”, que enfatiza os chamados “acordos de gabinete”, feito entre as lideranças do partido na hora de confeccionar as listas partidárias. O político interiorano não tem sobre a sua candidatura, nenhum controle: nem plataforma, nem estratégia para vencer as eleições. Tudo já está decidido.

A violência dos coronéis, praticada contra os seus adversários políticos, também era uma situação cuja representação era bastante comum. Aqui entram em cena as situações que envolvem a polícia e o eleitor da oposição. O clima é sempre lúgubre, mais do que realmente engraçado. Este poema foi publicado no jornal *A Farpa* de Fortaleza e reproduzido no jornal *A Imprensa*, de Sobral:

*POLICIAL*

*- Si decida agora, cabra,  
Vamosvê, preste atenção:  
O você vota cum nós*

---

14O Sitiá (Quixadá) de 26 de abril de 1925, p.2.

*Ô sisprita no facão!*

*ELEITOR*

- *Desne o Franco Rabello*

*Qui eu num voto cum voceis;*

*Mais dextá cabra marvado*

*Cê mi paga o qui mi feiz...*

*POLICIAL*

- *Rabellista nesta joça*

*É capaizdi i pru buraco*

*Apāiando qui nem couro*

*Da genti pisa tabaco!*

*ELEITOR*

- *Ói: a lei inleitorau*

*Lá do seu gunvernadô*

*É tão boa qui só entra*

*Cum flande e chiqueradô...*

*POLICIAL*

- *Tapa a bocca miserave*

*Oia direito pra mim*

*Num fale mais do gunverno*

*Qui aquilo é um santo homenzim*

*ELEITOR*

- *Seu patrão, seu Moreirinha*

*Dá até prum bom rezado*

*Dá pra tudo nesse mundo*

*Mais não pra gunvernador....<sup>15</sup>*

O trágico da situação, o de um homem sendo ameaçado de espancamento por um policial, quer se atenuar pela reprodução da coloquialidade da linguagem sertaneja. É possível conjecturar se tal situação foi considerada engracada na época (1926), mas hoje, tal padrão de humor seria inaceitável. Em todo caso, se o eleitor parece guardar certa convicção política, o policial nada mais é que um simplório. Não comprehende sequer a natureza da função que exerce, pois é um instrumento dos interesses mais poderosos, frente aos quais cumpre obedecer. À época, o poema surgiu no contexto de acirrada disputa política pelas prefeituras

<sup>15</sup>A Imprensa (Sobral) de 1º de dezembro de 1926, p.1). “Seu Moreirinha” (o desembargador Moreira da Rocha) era presidente estadual em 1926 e, apesar de declarar-se neutro nas eleições municipais de 1926, foi acusado de favorecer o Partido Republicano Conservador. Essas eleições foram marcadas pela violência, impetradas pela polícia ou pelos bandos de facinoras (jagunços) a mando dos chefes políticos. (MACEDO, 1992).

do interior e o PRD (rabelista) acusava o partido rival (PRC, aciolista) de usar da força policial para constranger o eleitor. Questões de sensibilidade à parte, a situação é bastante representativa de um tipo de humor que quer caricaturar o homem do povo e consequentemente, a opressão a que está sujeito (ambos estão sujeitos à violência: o eleitor pelo policial e o policial pelo governo que o tiraniza)<sup>16</sup>.

Mas, outros aspectos também são recorrentes na representação do homem sertanejo, do matuto. Por um lado, havia a constante tentativa de fazê-lo parecer ingênuo, vítima dos espertalhões; e, por outro lado, também existia sua representação como sagaz, inteligente, que sabia usar da aparente inocência para impor-se em determinada situação. O primeiro caso (da inocência) é exemplificado como segue:

*Parahyba, janeiro – Em artigo publicado no “Norte”, narra o dr. Julio Maciel um interessante facto ocorrido no município de Sapé, e do qual foi quase testemunha.*

*Um agricultor, tendo roçado certa área e nella cultivado algodão, recebeu mezes após, cheio de surpresa, uma proposta para compra de sua modesta plantação, por um preço que elle julgou verdadeiramente fantástico.*

*Esse pobre lavrador, vivera sempre, como a maioria dos seus irmãos de offício na mais negra miséria.*

*Com essa explicação, comprehender se o espanto do homem ante uma quantia que não commoveria o mais pobre político nacional. A offerta fora de 400\$000.*

*Feito o negocio e mettido o dinheiro no bolso, foi o “novo rico” para a casa. Anoiteceu. Um vago receio de ser roubado assaltou-o. Com o correr das horas, esse receio foi augmentando, e o afortunado cidadão perdeu o somno. Resolveu ficar de guarda; sua casinha de palha não oferecia segurança. Alta madrugada, porém, foi se lhe a paciência e elle querendo dormir e não encontrando outra resolução para o caso, resolveu queimar o dinheiro. “Cessada a causa, cessaria o efeito”, pensou e poz em pratica sua Idea.*

*Pela manhã sua velha companheira encontrou o profundamente adormecido: sua consciência estava tranquila!*

---

<sup>16</sup> O cotidiano político cearense, ao longo da Primeira República, foi marcado pelo predomínio de formas tradicionais de dominação política, conhecidas como “coronelismo”. O fenômeno é complexo e envolve variadas estratégias de coerção e cooptação do eleitorado, fossem estratégias “clientelistas” ou que envolvessem o uso indiscriminado da violência física. A bibliografia é extensa e não caberia no escopo dessa análise. Entretanto, convém averiguar as seguintes obras de referência: Facó (1963), Leal (1978), Janotti (1981) e Galeno, 1987;

*O dr J. Maciel não menciona o nome desse philosopho e nem se sua esposa se conformou com a sorte.<sup>17</sup>*

Já a situação seguinte (a do falso ingênuo) se apresentava desta forma:

*O nosso matuto sempre foi um desiludido quanto ao acabamento das grandes obras do nordeste brasileiro. Ninguém o convencia poderem elas um dia ter o fim efficiente que era de esperar, máxime quando, havendo falta absoluta de numerário, o governo teimou em prosseguir com o serviço por meio de uma ilimitada emissão de vales que mais serviu para enriquecer meia dúzia de filhotes. E isto constituiu, não há dúvida, grande erro administrativo.*

*Foi, pois, na época de grande atraso de pagamento, que o Sr. Dr. Arrojado Lisboa, chefe supremo dos destinos das seccas, entendeu de visitar o nordeste, em inspeção aos serviços em andamento.*

*Percorria este profissional o local de uma das grandes barragens, cremos que Poço de Paus, quando se apresentou em meio ao grupo que o acompanhava, um velho sertanejo, indagando:*

*- Quá-lo-é dos moços o seu dotô Arrochado?...*

*É de imaginar a estupefacção das pessoas ali presentes ao ouvirem o natural truncamento do matuto cearense ao nome do illustre engenheiro pronunciado de uma fôrma differente, é verdade, mas com número de sílabas igual, e de synónímia quase identica na linguagem popular!...*

*Ante a insistencia do origina linterpellador, um dos assistentes, conhecedor do meio rústico e receioso de maiores vexames, porque o nosso sertanejo pecca pela sua rude franqueza de encarar e dizer as coisas, como entende o seu bestunto, não admittindo a menor, absolutamente a menor desconsideração à sua pessoa, aponta o vulto venerável e respeitoso do gorducho chefe, a cujo gesto adianta o homem à queima-roupa:*

*- Seu douto vamicê é um home arrochado mesmo como tá dizendo o seu nome! Querê pur força fazê um açudão deste tamanho, fiado, sem dinheiro nenhum e a custa do nosso suó!... Tem muita corage seu doutô arrochado!...*

*Nunca, em toda a sua vida, o dr Arrojado Lisboa teve tamanha cábula<sup>18</sup>*

---

<sup>17</sup>Diário do Estado (Fortaleza) de 25 de fevereiro de 1928 (p.1 “Philosophia de um caipira”);

<sup>18</sup> O Sitiá (Quixadá) de 7 de dezembro de 1924 (o caso é narrado por Eusébio de Souza);

Essa duplicidade na representação dos tipos populares tinha, efetivamente, razão de ser. Por um lado, há a tradição romântica que concebe o homem do sertão como matriz de uma nacionalidade autêntica, não contaminada pelo estrangeiro ou pela influência degradante dos costumes da cidade. Nesse caso, o homem sertanejo é concebido como inteligente, apesar de simples e modesto. Por outro lado, ficamos diante de uma posição mais “negativa”, em que o seu “atraso” seja fruto do meio e da raça. Aqui, o sertanejo é um pobre estúpido, apartado da civilização e do progresso<sup>19</sup>.

Entretanto, além de todas estas categorizações, houve espaço para uma completa subversão da caracterização do homem sertanejo, principalmente como um eleitor “matuto”. Quem constrói esta panorâmica é o impagável Deolindo Barreto, como se lê a seguir.

## 2 Deolindo Barreto e as “Cartas a Cunceição” (1919-1923).

A situação de Deolindo Barreto no campo do poder político é bastante diversa daquela vivida por outros jornalistas consagrados na imprensa local. Foi um grande polemista, satirista, humorista e criador de personagens impagáveis, dentre os quais se destacam o de Bastião Pedreiro, Cunceição e Philó, tema destas linhas. Angariou, ao longo de sua carreira de jornalista e de redator do jornal *A Lucta* muitos admiradores e muitos inimigos. Mas, diferentemente de seus colegas da imprensa de Fortaleza, Deolindo Barreto não teve a oportunidade de trilhar uma carreira política. Antes disso, foi assassinado, em plena Câmara Municipal de Sobral, por dois desafetos seus, do partido rival (LIMA, 2016). Ainda que esta tragédia não tivesse ocorrido, é importante lembrar que o lugar social de onde fala Deolindo marca a sua trajetória intelectual e é a partir deste lugar social que iniciamos a análise dos seus textos humorísticos.

Deolindo Barreto não possuía diploma de estudos universitários. Não provinha das classes médias urbanas, não tinha família bem situada economicamente. Ao que tudo indica, foi um autodidata, desprovido de maior educação formal. Rapaz inquieto e inteligente, levou uma vida inconstante. Antes de 1912 esteve no Pará e no Amazonas, escrevendo para os jornais daquelas capitais estaduais. Opôs-se à oligarquia aciolina e militou nas fileiras do rabelismo

19 Ambas as caracterizações da identidade popular reverberaram na literatura e no pensamento social cearense e brasileiro. No caso específico do Ceará, a obra de Gustavo Barroso representa o pólo negativo, enquanto a de Leonardo Mota representa o pólo positivo. (BARROSO, 1962; MOTA, 1967).

desde a primeira hora. A partir de então, esteve ligado ao Partido Republicano Democrata, mas sempre na condição de polemista. Foi redator-chefe do jornal do partido em Sobral, a serviço das lideranças democratas da região. Sua situação, apesar de importante, era de clara subordinação aos interesses de seu partido. Jamais se cogitou lançá-lo sequer à vereança municipal, que dirá aos postos mais elevados da Assembleia Estadual ou da Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, a situação de Deolindo Barreto é de falta de autonomia intelectual<sup>20</sup>. O que surpreende os estudos sobre intelectuais é que, apesar desta situação subordinada, o pensamento de Deolindo é mais vigoroso, mais original, mais brilhante do que os intelectuais “consagrados”. Este caráter ambíguo deveria nascer de uma situação naturalmente conflituosa, pontilhada por inúmeros tensionamentos, seja dentro ou, principalmente, fora de seu partido. A natureza polemista de Deolindo fez-lhe enredar em inúmeras situações desconfortáveis, para dizer o mínimo. O seu anticlericalismo, por exemplo, o tornou declarado inimigo do então poderoso bispo de Sobral, o conde José Tupinambá da Frota<sup>21</sup>. Inúmeras vezes, sua verve teve de ser contida pelos principais de seu próprio partido e era com muito custo e com muito risco, que Deolindo dobrava-se às exigências de seus superiores.

Acabava, contudo, dobrando-se a tais exigências. A sua posição o impedia de arriscar-se. Era um dependente da teia de relações com a classe política e, para sobreviver, tinha que transacionar suas posições. Ainda assim, sobrava-lhe algum espaço autônomo, como bem se depreende da leitura dos seus artigos.

Publicadas no jornal *A Lucta*, entre 1919 e 1923<sup>22</sup> as *Cartas a Cunceição* estão completamente fora da curva quando se trata de humorismo político no Ceará. O autor fictício das cartas é Bastião Pedreira, um “matuto” de Sobral que tem a condição de eleitor. O objetivo de Bastião é o de alcançar um emprego público na prefeitura e, para isso, precisa lançar mão de um complicado cálculo político. Deve ser capaz de agradar a todos os políticos sem comprometer-se com nenhum deles. Deve se abster de manter relações com aqueles políticos que estão “de baixo”, sem menosprezá-los, pois não se sabe o dia de amanhã. Enfim, Bastião Pedreira é o protótipo do eleitor interesseiro, mas age por instinto de sobrevivência e sabe que, se não agir dessa maneira, corre o grave risco – por pequeno e desimportante que seja – de ser deixado de lado, esquecido e menosprezado pelos detentores do poder.

20 Para Pierre Bourdieu, a “autonomia” intelectual está numa razão inversa à “dependência” de um dado campo das estruturas políticas e econômicas. Ou seja, quanto menos vinculado a tais estruturas econômicas e políticas, mais autônomo o campo (intelectual, artístico, etc) será. Atente-se que “campo” é o sistema de relações entre forças materiais e simbólicas que se dão no interior de um dado espaço social. Para ele, ao se considerar a autonomia de um dado intelectual, deve-se atentar para a sua posição na estrutura de classe. Antes de Bourdieu, Antônio Gramsci já atentava para esta questão. Para ele, a “organicidade” dos intelectuais depende, em maior ou em menor grau, da sua conexão com “um grupo social fundamental”. Quanto maior fosse tal conexão, maior sua “organicidade”. (BOURDIEU, 1997, p.190 e ss.; GRAMSCI, 1982, p.10-12).

21 Acerca das relações entre o bispo Dom José e Deolindo Barreto, ler: Ponte Filho (2016).

22 Ainda no ano de 1918 havia uma coluna semanal no jornal chamada de “Cartas Matutas”. O personagem Bastião já existia, mas não a Cunceição ou a Philó.

O que Bastião Pedreiro almeja é o emprego público e, com isso, permitir-se uma aproximação com sua amásia, Cunceição, que mora em Viçosa do Ceará, na serra da Ibiapaba. Com Cunceição, Bastião tem uma filha chamada Philomena, a Philó, que é a protagonista de quantos causos engraçados na cidade de Sobral. Bastião aceita a sua condição de matuto (e, portanto, de alguém que não domina o *habitus*<sup>23</sup> dos civilizados), mas Philó, não. Ela quer ser como as mocinhas elegantes da cidade, mas delas está separada, seja por sua condição social, pela cor, seja pela falta do “traquejo” social. Se Bastião é o matuto que aceita a sua condição (e enxerga o mundo civilizado por “fora”), Philó é a matuta que almeja ser como o civilizado, perdendo, portanto, o olhar crítico de sua própria condição. Cunceição, por sua vez, é ainda mais “matuta” que Bastião e Philó, pois vive na roça e está totalmente afastada das situações comezinhas da civilização urbana. É uma mulher supersticiosa e arredia, mas ao mesmo tempo, dotada de um senso de realidade muito peculiar, muito “pé no chão”, por assim dizer.

Bastião Pedreiro não tem profissão definida. É um migrante da serra que vive na cidade. Sobre seu nome, podemos apenas conjecturar. Ele não é um “pedreiro”, como sugere o sobrenome. É possível que seja um “bastião”? “Bastião” de quê? Dos valores tradicionais, do modo popular e espontâneo de ser? Bastião de uma brasiliade perdida e, ao mesmo tempo, ignorada e menosprezada pelas elites? Pode ser. Somos levados a ter com o autor das cartas tal simpatia, exatamente por tais motivos.

Diferentemente de muitos como ele (migrantes pobres), Bastião Pedreiro sabe ler e escrever e cumpre os requisitos para ter um título de eleitor. Esse é o seu maior trunfo e moeda de troca para alcançar o tão sonhado emprego na prefeitura. Como já adiantamos, tem que manter com a classe política da cidade uma posição ambígua, ou seja, subordinada e indefinida. Não pode tomar posição clara no jogo partidário, pois qualquer movimento errado pode definir a sua sorte. Deve bajular a todos, evitando declarações extremadas e passar ao largo do conflito com os poderosos do lugar. Isto, numa situação partidária extremamente competitiva, faz com que Bastião tenha, a cada passo, que se equilibrar num jogo sutil de aparências para não ferir as disposições contrárias e não arriscar o próprio objetivo.

Este equilibrar-se no fio da espada, não raro, gera situações engraçadas que são enfatizadas com mestria pelo autor da coluna. Muito embora possua qualidades de estrategista político, Bastião Pedreiro não é alguém que se conforme com sua situação e dela, não raro se lamenta. As cartas que escreve a Cunceição têm um tom de quase confessionário: aquele é o único meio pelo qual ele pode vir a revelar as suas secretas intenções, despindo-se do disfarce do ingênuo e do tolo, pondo a nu a estreiteza provinciana das relações de poder das elites de Sobral. Suas cartas são, neste aspecto, um revide silencioso contra aqueles que o

23 “Habitus” em Bourdieu é um conjunto de percepções e de disposições do social que o indivíduo vai interiorizando ao longo da vida, por intermédio de sua própria experiência. O “habitus” permite ao indivíduo uma compreensão tácita do seu lugar social relativamente aos vários campos nos quais transita. Enfim, “habitus” é a internalização de convenções sociais que permite a pessoa ler, compreender e se situar nas múltiplas relações sociais. O conceito é antigo (remonta a São Tomás de Aquino) e foi revisto por Marcel Mauss e Norbert Elias. (BOURDIEU, 1997, p.191).

fazem passar por tantos constrangimentos, um revide contra a política, matéria difícil e incerta, em que se deve, a cada momento, antecipar situações e correr para o lado pendente do poder, que afinal, também não é nada seguro e confiável.

Mas, ao mesmo tempo, o anonimato da autoria da coluna (Deolindo não assina) também é um refúgio. Tal como o protagonista, seu autor procura fazer da coluna, uma sátira à vida provinciana de Sobral. Se Bastião Pedreiro se vale das missivas para confidenciar suas inquietações e frustrações a Cunceição, o cronista se vale do anonimato para, similarmente, evocar o mesmo problema. Ambos, muito embora não percam a perspectiva irônica dos acontecimentos, o lado cômico de situações que se pretendem sérias, estão cansados do jogo das aparências ao qual se submetem. Precisam, por isso, manifestar seu desagrado, mas, sempre por um caminho tortuoso, que se esconde na confidência das cartas e na própria escrita anônima da coluna. O eleitor matuto e o cronista provinciano estão, sob esta ótica, num mesmo patamar subordinado em relação à classe dominante, às elites políticas: a conjuntura os impele à sujeição e ao anonimato, ao mesmo tempo em que os permite lançar um olhar diverso daquele percebido pelos donos do poder.

O que definiria, afinal, a condição de “matuto” de Bastião Pedreiro? Ou seja, aquilo que o distinguiria do cronista provinciano? Se ambos compartilham de uma posição subordinada, se ambos conhecem as sutilezas do jogo das aparências na política, se ambos são argutos o suficiente para lançar este olhar “de fora” da lógica do sistema, então, afinal, o que os distingue? Em que consiste a “matutice” de Bastião Pedreiro? Embora alfabetizado (pois que escreve e lê as cartas de Cunceição, além de ler os jornais da cidade), Bastião Pedreiro não domina completamente os códigos da expressão escrita ou falada. As suas cartas são vazadas numa forma dialetal da língua, tal como pronunciado em sua região. Assim, parte do “engraçado” da situação é que Bastião “erra” o português, escrevendo-o como se o falasse.

Da mesma maneira, para Bastião, certas “modernidades” são incompreensíveis. Não consegue ver nos comportamentos “civilizados” quaisquer resquícios de “racionalidade”. Por exemplo, sua filha Philó quer usar chapéu como todas as outras mocinhas de Sobral, mas a menina não larga do chapéu nem no interior do cinema, o que o faz refletir acerca da salubridade de tal hábito:

*Ispia Cunceição, manda dá uns conceio na Philó pra modi ella tirá o chapéo no çunenga (cinema) depois eu vi tare leno numa rivista istrangêra qui discubriro agora uma doença qui faz a gente ficá doida e é motivada pelo calô nas cabeça abafada<sup>24</sup>.*

---

24A Lucta (Sobral) de 1 de janeiro de 1921, p.3.

Philó, que é “morena como a rapadura”, quer usar maquiagem para parecer branca, como era usual na moda feminina daqueles dias. Para Bastião, isso dava à menina um aspecto de “rapadura queimada atolada na goma”<sup>25</sup>, ou de pessoa doente. Enfim, o mote do humor da coluna é, em grande parte, devido a esta situação de permanente inadequação entre os hábitos morigerados e simplórios do matuto e o exagero do refinamento das elites locais. Evidente, que neste caso, a sátira recai não só sobre o matuto que não domina os códigos civilizados, como também sobre as elites que os tomam emprestado e os usam fora de contexto. Tais considerações estão para além da moda, propriamente dita. O ridículo da situação é compartilhado por toda a sociedade. Para Bastião, o refinamento constitui-se num vocabulário austero, no uso de expressões em latim (expressão usual é *fulano conhece mais latrim que fala de cabôco*), no gestual, nos espaços de sociabilidade, etc, que ele não consegue nem compreender, nem tomar parte ativa (já que lhe falta, como vimos, o domínio dos códigos de distinção usados pelas elites). Como consequência, o seu esforço em equilibrar-se entre os contrários, em lidar com as aparências se torna muito mais difícil do que já seria em condições normais. Por isso, não hesita em afirmar-se como “matuto” – ou seja, não só como aquele que não domina os códigos de distinção de sua época, mas também como o ingênuo, como o simplório, habitual refúgio de sua inteligência dissimulada.

Na carta a Cunceição do dia 26 de fevereiro de 1921, por exemplo, Bastião relata sua condição de eleitor diante do quadro político marcado por intensa rivalidade entre as facções:

*Ou qui vida aperriada a dum pobe Inleitô, Cunceição inda tou cà suada da inleiçao. Mi vi aperriado pá inganá os candidato a quem vendi meus voto. Cuma dixe qui è crime vendê os voto eu vindi os meu a três candidato, mais inganei a todos três e num votei ni ninhum [...]. Agora eu crei qui axo qui penso qui vou pra baxo, apoio eu num gosto de tá de riba não, apoio eu tenho munto medo de cahi e adispois este democrato adispois qui assubiro tão munto suberbo qui já passa puros pobe inleitorado e nem fala*<sup>26</sup>

As eleições a que se refere Bastião Pedreiro foram as que indicaram os deputados federais e senadores, havida em fevereiro de 1921. Em Sobral, apresentaram-se três listas: uma do Partido Republicano Conservador (conhecido como “marreta”) e outra do Partido Republicano Democrata (conhecido como “rabelista”) e uma independente<sup>27</sup>. Durante a campanha, Bastião

25“Cunceição, quano tu fô a Meruoca me manda uma quarta de goma pra modi a Philó botá na péia apoios num ai pó qui chegue não. As moça aqui cada vez bota mais pó, chega parece quano são branca uma catacumba caiada de novo e quano são morena, como a Filó, entonce se parece com uma palma de rapadura queimada atolada na goma”. A Lucta (Sobral) de 2 de fevereiro de 1921, p.3.

26A Lucta (Sobral) de 26 de fevereiro de 1921.

27Com o advento da chamada “Política das Salvações” do governo do presidente Hermes da Fonseca (1908 -1912), inicia-se uma nova fase na vida partidária cearense. Até então, havia somente um partido, o da situação (Partido Republicano

chegou a ir aos três encontros com os chefes partidários, nos quais se matava um ou dois bois para servir ao eleitorado. Aqueles momentos eram particularmente dedicados à transação clientelística, em que o voto era negociado. Como o peso relativo desse eleitorado fosse pequeno, talvez bastasse matar um boi e servir um cozido ou mesmo oferecer algum dinheiro em troca de voto, a atenção que se dava ao eleitor comum era menor do que aquela reservada às pessoas mais influentes, cujos processos de cooptação deveriam ser mais complexos. Em todo caso, o mais interessante na fala de Bastião é que ele se aproveita da situação, mas não se submete a ela. Pelo simples fato de ir aos encontros com os chefes políticos não quer dizer que tenha se tornado um militante partidário, muito embora assim deva ter se apresentado diante das lideranças. A fidelidade partidária de Bastião (e, por extensão, do matuto) não é fácil de ser comprada, como talvez pensassem os chefes e cabos eleitorais e sua autonomia – muito embora relativa – é reafirmada quando assevera que apesar de ter vendido o voto para três candidatos, enganara-os todos e não votara em nenhum.

A indefinição externa na qual se lança Bastião é, como lemos, estratégia para alcançar os seus objetivos imediatos. Não há, para ele, possibilidade de se posicionar na lide partidária abertamente, já que isso o identificaria como “correligionário” de uma dada facção, diminuindo-lhe as chances de negociação de que pensa tirar algum proveito. No caso em pauta, com a eleição vencida pelos democratas, Bastião não consegue, por seu turno, identificar seu lugar: não sabe se pertence à turma “de cima” ou à “de baixo”, mas o principal nesta consideração é que ele tem “munto medo de cahi”, ou seja, de se tornar marginalizado ao sistema (adispois que assubiro tão munto suberbo qui já passa puros pobe inleitorado e nem fala) por ter apoiado a facção perdedora e assim, acabar com a possibilidade de transacionar seu apoio político.

O cálculo político que realiza, diante de um universo complexo e de difícil discernimento abre e fecha certas possibilidades a Bastião. Abrindo, permite-lhe posicionar-se a favor de todas as facções, sem se comprometer efetivamente com nenhuma delas. Fechando, lança-o numa situação indefinida (*Agora eu crei qui axo qui penso...*) a respeito de sua própria posição no jogo político. A situação de Bastião, contudo, é totalmente diferente daqueles que estão melhores posicionados no jogo político, ou seja, que podem agir com mais autonomia, já que não somente podem assumir uma dada posição (já que fazem parte da elite econômica) como também tirarem proveito de uma conjuntura benéfica.

*Seu Cutruco dixe qui gastou quage oito conto de reis, mais porem teve proveito, apois o paesahiuinleito e vai pra Caimbra (Câmara) e dixe qui elle*

---

Conservador). Depois, com o crescimento da tensão política e da disputa entre várias facções em jogo, surgem outros partidos. Dentre os quais, o mais relevante foi o Partido Republicano Democrático. Seus apelidos “marreta” e “rabelista” têm origem nas rixas e dissensões políticas da época. “Marreta” é quem bate sem dó; “Rabelista” é quem era partidário do presidente Marco Franco Rabelo. (MONTENEGRO, 1980).

*chega lá drome, sonha co bixo qui dà, vae, joga no cujo, ganha no cujo e no ôto dia é a mesma coisa<sup>28</sup>.*

O sistema político baseado no clientelismo distribuía as recompensas aos seus participantes de maneira desigual. Não basta somente gastar dinheiro na campanha para garantir uma vitória eleitoral. Outros elementos entram em cena para tornar mais complexo o quadro, tais como as indicações para formação das listas, o apoio da conjuntura estadual, a formação das mesas eleitorais, etc. O dinheiro é, não resta dúvida, um elemento decisivo, mas não o único que pode definir os destinos da oposição e da situação. Nesse caso, para o “Seu Cutruco” o fato de ter de gastar seus oito contos de réis foi amplamente recompensado pela eleição do pai para a Câmara, mesmo que lá ele não viesse a fazer nada, a não ser apostar no jogo do bicho. Isto porque o “Seu Cutruco” fortalecia a sua posição entre os “de cima”, com a possibilidade de ter um controle, uma previsibilidade maior sobre os processos eleitorais do que tinha quando estava entre os “de baixo”<sup>29</sup>.

Nas suas cartas, Bastião não somente relatava as suas estratégias no jogo da política como também dava vazão à sua imaginação, à sua ambição que, por não se realizar objetivamente, se projetava no lugar de outrem, ou seja, almejando ser ou estar entre os detentores do poder. Na carta do dia 6 de abril de 1921, Bastião revelava a forma pela qual agiria se pudesse estar na condição de deputado, dando as cartas no jogo político e usufruindo as benesses da situação. O texto, sempre muito engraçado, é marcado por fina e cruel ironia e faz uma análise da função do político nas altas esferas do poder, no contexto da eleição de deputado estadual de maio de 1921:

*[...]eu mi arrisvoli mi apresentá e publicá aqui a minha plataforma, causo mi incalque na chapa officiá: Votarei ni tudo qui os chefe do partido qui mi inelegen mandá mesmo cum quebra de dignidade e perca da vergonha, apois quero é os 40\$000 diaro e a reinleição. Durante a sessão direi apoiado a tudo que dixere os disputado gunvernista e não apoiado pus da upusição e se inzigire ainda quebro o rozaro do dr.Bilizaro (Belísario Távora, deputado estadual, da oposição ao governo Justiniano de Serpa) si elle fô pra lá cum história mal contada. Se mandarem apresentá um progetto eu pidirei pra se fazê a estrada de ferro de Itapipoca de pau inté qui os ferro barateie e outo pru modi voltá a grilhotina prus rico e a pena de Talião prus pobe.<sup>30</sup>.*

28A Lucta (Sobral) de 26 de fevereiro de 1921.

29Nas referidas eleições de fevereiro de 1921, foram eleitos os seguintes candidatos a deputado federal: João Marinho de Andrade (PRC) e Thomas Pompeu de Paula Pessoa (PRD). (GUIMARÃES, 1943).

30A Lucta (Sobral) de 6 de abril de 1921.

Sua “plataforma” é nesse sentido, uma anti-plataforma, já que não advoga ou propõe coisa alguma a não ser votar naqueles em que os chefes dos partidos mandarem. Na realidade, tal anti-plataforma é fruto de cálculo deliberado, pois o que se deseja é a perpetuação da condição de membro da situação política (*a reinleição*). Bastião dá a entender que compactua com a lógica do sistema do qual faz parte, mas isso é um artifício para ridicularizar a encenação cotidiana da política. Antes que o leitor se veja induzido a pensar em Bastião como alguém que reforça o sistema, eis que o próprio postula apresentar um projeto de lei reestabelecendo a guilhotina para os ricos e a lei de Talião para os pobres. Na sua ambição, Bastião não somente se imagina usufruindo das benesses do situacionismo, como também revela o seu ressentimento para com os donos do poder. O ressentimento social (de onde pode brotar a ironia), que é fruto da ambição não realizada, é o sentimento que governa o posicionamento de Bastião. Mas, estaremos ainda a falar no eleitor matuto? Ou será que já nos aproximamos do cronista que projeta no seu personagem as suas próprias frustrações com a política? Protegido sob o anonimato, tal qual Bastião em suas cartas, externar o seu sentimento de revolta contra o sistema que o põe em condição subalterna e não permite nenhuma alternativa que venha a modificar tal quadro. Daí os sonhos e ambições desmedidas, só possíveis no campo da imaginação, tal qual a candidatura de Bastião à Assembleia estadual. É preciso ter sempre em mente, ao ler as *Cartas a Cunceição* as fronteiras dúbias em que se confudem as representações relativas ao eleitor matuto, como também em que se projetam os dissabores do cronista provinciano.

Em todo caso, como podemos considerar as *Cartas a Cunceição* como sintomáticas das representações acerca do “eleitor matuto” disseminadas nas narrativas políticas do Ceará? É preciso, antes de tudo, alcançar as regularidades que a crônica dissemina para obter uma síntese, não só do pensamento de seu autor, como também na relação destas representações com outras representações que circulavam na imprensa, na literatura e no pensamento social cearense da época. Por intermédio deste circuito tornar-se-á possível compreender uma multiplicidade de representações que divergem, seja na forma ou na função, do lugar reservado ao “homem comum” na dinâmica política local.

Assim, o eleitor “matuto” deixa de ser representado através das modalidades mais consagradas da definição do caráter popular (determinado pelo meio, pela formação étnica, etc) para ser definido como alguém que, muito embora não domine os códigos civilizados, é arguto e percebe o caráter artificial e impositivo de tais códigos. Da mesma maneira, dotado de uma inteligência singular, pendente à ironia, descortina os falsos valores que irrompem no mundo da política, satirizando os seus “protagonistas” (políticos, partidos, facções, jornais) e as suas tolas ambições.

Ao mesmo tempo, percebe-se que o eleitor “matuto” tem mais autonomia política do que imaginam as elites, tendo em vista que estabelece estratégias políticas para equilibrar-se no difícil jogo das aparências e na conciliação dos contrários do cotidiano político.

Da mesma maneira, comprehende-se que o caráter subversivo e marginal desta representação só foi possível mediante certa “identificação” entre o autor anônimo das crônicas e seu protagonista. Identificação não no sentido imediato (a de que o autor se via como um matuto), mas no sentido mediato, ou seja, como pertencentes a uma mesma lógica de dominação que os subordina aos interesses das elites, que manipulam as regras do jogo político a seu favor. O fato de Bastião Pedreiro escrever suas cartas a Cunceição, confidenciando-lhe as idiossincrasias das elites, aproxima-se, em certa medida, da prática da escrita da crônica, em que o autor, sob o manto do anonimato, também busca a mesma coisa. Ele não escreve sua crônica para desautorizar ou ridicularizar Bastião Pedreiro, como poderia se imaginar pelo uso caricato do português coloquial, mas sim para usá-lo *contra* aqueles que se acham os donos da verdade e do poder. Bastião Pedreiro faz a crítica do cotidiano político: é um analista, um estrategista político, mesmo sendo “matuto”. Este elemento de sua personalidade não o desautoriza a escrever e a pensar de modo crítico.

Diante das representações mais ou menos “negativas” da cultura popular, que desautorizam, depreciam e combatem a inserção do “homem comum” no sistema político na condição eleitor, as *Cartas a Cunceição* se colocam na posição oposta. Não é possível saber, pelo menos com o material ora disponível nesta pesquisa, se tais representações são inaugurais ou se já reproduzem um consenso provisório entre folcloristas e demais pesquisadores da cultura popular. No caso, as obras que viriam a “inaugurar” esta versão “positiva” acerca da identidade matuta, só eclodiriam de fato, alguns anos após as *Cartas a Cunceição*, com Leonardo Mota (*apud* CARVALHO, 1973). É possível que, embora não tenha um caráter inaugural, tais crônicas captaram um sentimento bastante difuso de que o matuto ou o caboclo era dotado de uma sabedoria não-convencional do mundo. Mas, o mais importante de tudo é ter em mente que tais representações são instrumentos de crítica do cronista anônimo que se reconhece na condição de sujeição aos interesses maiores da política provinciana e encontra neste expediente, a possibilidade de um revide sarcástico.

## Referências

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALENCAR, Maria Emilia da Silva. *À sombra das palavras: a oligarquia acciolina e a imprensa (1896-1912)*. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, 2008.

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol*. 6. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962

BARROSO, Parsifal. *Uma história política do Ceará (1889-1930)*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1984.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

CAMURÇA, Marcelo. *Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 em Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.

CARVALHO, J. *O matuto cearense e o caboclo do Pará*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1973.

CHARAUDEAUX, Patrick. "Pathos e discurso político". In: MACHADO, Ida Lúcia *et al.* *As emoções do discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v.1, p.240-251.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (Org.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000. v.2.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. 2004. 206f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

GALENO, Alberto. *Território dos coronéis*. Fortaleza: Henrique Galeno, 1987.

GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre o humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Assis, 2005.

GONÇALVES, Adelaide Maria. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920*. Tese (Doutorado em História) – UFSC, Florianópolis, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Hugo Vitor. *Deputados provinciais e estaduais do Ceará*. Fortaleza: Editora Jurídica, 1943.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O Coronelismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LaCAPRA, Dominick. Retórica e História. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 1, p.97-118, jan.-jul., 2013.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder*. São Paulo: Annablume, 1996.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. Espectros de lutadores; história, memória e imprensa em Sobral/CE no início do século XX. *Outros Tempos*, Maranhão, v. 13, n. 21, p. 65-83, 2016.

LIMAVERDE, Lucíola; CARVALHO, Gilmar de. Jornal ‘O Ceará’: exemplo de mídia combativa na década de 1920. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31, 2008, Natal. *Anais...* Natal, 2008. p.1-13.

MACEDO, Joaryvar. *O Império do Bacamarte*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1992.

MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. *Comunicação e Educação*, São Paulo, v. 3, n. 7, p.85-91, 1996.

MONENEGRO, Abelardo. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará, 1980.

MOTA, Leonardo. *No tempo de Lampião*. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

NOBRE, Geraldo. *Introdução à história do jornalismo cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(ligião)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Ed. USP, 2003.

PONTE, Sebastião Rogério da. *Fortaleza Bélle-Époque: conflito urbano e controle social*. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrata Rocha, 2000.

PONTE FILHO, Aurélio. *Dom José e o "Correio da Semana": a "boa imprensa" em Sobral*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

PORTE, Eymard. *Babaquara, chefetes e cabroeira*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RIBEIRO, Pedro Krause. O 'Povo' na retórica da charge: Zé Povinho e Zé Povo na imprensa luso-brasileira. In: ENCONTRO DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2., 2009, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2009. p.1037-1046.

SALIBA, Elias Tomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VERGUEIRO, Waldomiro. O humor gráfico no Brasil pela obra de três artistas: Ângelo Agostini, J. Carlos e Henfil. *Revista USP*, São Paulo, n.88, p.38-49, dez./fev., 2010/2011.

Recebido em 13/12/2016

Aprovado em 06/03/17